

AS PROPOSIÇÕES SOBRE AS CORES – UMA POSSÍVEL ABERTURA LÓGICA AO MUNDO EMPÍRICO

uma análise acerca das proposições
sobre graus e as ideias simples em
Ludwig Wittgenstein e David Hume

THE PROPOSITIONS ABOUT THE COLORS – A POSSIBLE
LOGICAL OPENING TO THE EMPIRICAL WORLD

*an analysis of propositions about degrees and simple ideas on Ludwig
Wittgenstein and David Hume*

David Charles Madureira do Nascimento¹

¹ Graduando em Filosofia na Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: dvdcharlesfaculdade@gmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1307686384626431>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2131-1964>.

RESUMO: O ensaio busca elaborar uma análise lógico-filosófica a partir do pensamento de David Hume e Ludwig Wittgenstein a respeito do conceito de cor. Apresenta-se a maneira como cada autor trata o problema a respeito das ideias e proposições sobre graus e busca estabelecer uma proximidade entre esses projetos. Essa aproximação pode fornecer uma chave para investigar logicamente a relação entre o entendimento e o mundo. As ideias sobre as cores, ou proposições sobre graus, parecem carregar um sentido absoluto na sua constitutividade lógica. Entretanto, após verificar lógica e empiricamente tais proposições, o problema da exclusão de uma parte do sentido se torna explícito, fazendo com que essas proposições não “caibam” no mundo. O conceito semelhança-diferença é empregado para ajudar a pensar essa relação entre verificação lógica e empírica e melhorar o entendimento sobre qual é a natureza do critério doador de sentido para esse tipo de ideia ou proposição.

Palavras-chave: Cores. Mundo. Ideias simples. Ludwig Wittgenstein. David Hume.

ABSTRACT: The essay seeks to elaborate a logical-philosophical analysis based on the thought of David Hume and Ludwig Wittgenstein about the concept of color. It presents the way each author treats the problem concerning the ideas and propositions about degrees and tries to establish a proximity between these projects. This closeness may provide a key to logically investigate the relationship between the understanding and the world. Ideas about colors, or propositions about degrees, seem to carry, in their logical constitutiveness, an absolute meaning. However, after logically and empirically verifying such propositions, the problem of the exclusion of a part of the sense becomes explicit, making these propositions not "fit" into the world. The concept similarity-difference is used to help think about this relationship between logical and empirical verification and to better increase the understanding about what is the nature of the meaning-giving criterion for this kind of idea or proposition.

Keywords: Colors. World. Simple ideas. Ludwig Wittgenstein. David Hume.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da filosofia, e até mesmo das ciências empíricas, o problema das cores tem suscitado diferentes interpretações. Na modernidade, Hume reelaborou tal questão a partir da sua filosofia empírica. Entretanto, uma análise mais refinada acerca da questão das cores é elaborada a partir do pensamento de Wittgenstein com a sua abordagem lógica. Mas em que consiste tomar as cores como problema filosófico?

Entendemos que as ideias sobre as cores consistem em um modo elementar de relação entre impressão imediata e realidade empírica. Ou, em outras palavras, as ideias sobre cores são as ideias mais simples que temos sobre o mundo. A partir dessas ideias temos, por assim dizer, um primeiro contato com a realidade. Objetivamente o mundo apresenta-se espacializado, temporalizado, em sons, em cores. Temos impressões sensíveis de objetos ocupando espaços, o que é consenso a partir de uma abordagem empírica, mas “o espaço” só existe enquanto conceito metafísico, já que não temos experiência sensível correspondente a algo dessa natureza. Assim também, experienciamos as coisas permanecendo, mudando e se transformando no tempo, mas “o tempo” só existe enquanto conceito metafísico. Para uma análise e uma verificação rigorosa acerca de tais conceitos metafísicos, a lógica faz-se necessária como instrumento para tal projeto. No que diz respeito às cores e às proposições sobre graus, percebemos que é possível não somente a verificação lógica, mas também uma análise empírica acerca de tal ideia, o que reforça a sua particularidade específica.

Nesse sentido, as proposições sobre propriedades gradativas parecem transitar entre as verificações tanto empíricas quanto lógicas. No primeiro caso, tal problema recebeu a atenção de Hume e, no segundo, uma análise por parte de Wittgenstein. A questão diz respeito à ideia de cor entendida na forma como esse conceito expressa uma relação entre conhecimento e experiência, entre linguagem e objetos. A relação do entendimento com o mundo empírico parece demasiado complexa ao ser pensada à luz de conceitos como *homem, natureza e elementos matemáticos*. Essa complexidade é expressa de maneira peculiar em relação ao conceito de cor. Por que isso é assim? Isso se dá porque as cores são ideias

que veiculam, na sua particularidade, um sentido completo. Isso pode ser aferido tanto do ponto de vista empírico quanto lógico.

Na decomposição desse conceito, os juízos se envolvem em limites encontrados pela própria análise. Essa peculiaridade só é encontrada em proposições desse tipo — que são proposições acerca de graus. A abordagem de Hume e de Wittgenstein parece nos fornecer o material para pensar a maneira de articulação entre as ideias e o mundo — ou linguagem e mundo, de modo a estabelecer logicamente o que podemos, de fato, afirmar sobre ele. A análise acerca das proposições sobre as cores e a sua peculiaridade de apresentar de modo completo o seu sentido, direciona a nossa investigação para o fator que faz com que esse conceito se diferencie de outros. A partir da interpretação empirista humeana, localizada na seção II das *Investigações sobre o entendimento humano*, teríamos ideias desse tipo devido às impressões de cores que temos a partir dos nossos sentidos. Pensando aos moldes de uma elucidação lógica, Wittgenstein, na sua primeira fase, trata da natureza acerca das proposições sobre as cores e investiga a possibilidade de que elas seriam as únicas passíveis de um sentido completo na linguagem ordinária, todavia, aparecem empiricamente na forma da exclusão devido ao menor número de possibilidades efetivas em comparação com número de possibilidades lógicas². Para ele, essas proposições gradativas estão vinculadas às propriedades internas dos fenômenos de fato, e essas propriedades (que admitem gradação) são aquelas “como o comprimento de um intervalo, a altura de um tom, o brilho ou a vermelhidão de um matiz³”. A articulação das verificações empírica e lógica parece suscitar elementos *a priori* nessa investigação e nos conduzir à questão: qual é o critério, nas proposições sobre graus, que nos possibilita juntar num mesmo conceito um aglomerado de tons diferentes? Ou mesmo, o que retira de determinados matizes semelhantes a participação conjunta em um mesmo conceito de cor?

² Wittgenstein, 1929, p. 170.

³ “[...] Properties which admit of gradation, i.e., properties as the length of an interval, the pitch of a tone, the brightness or redness of a shade of colour, etc.” (Wittgenstein, 1929, p. 167).

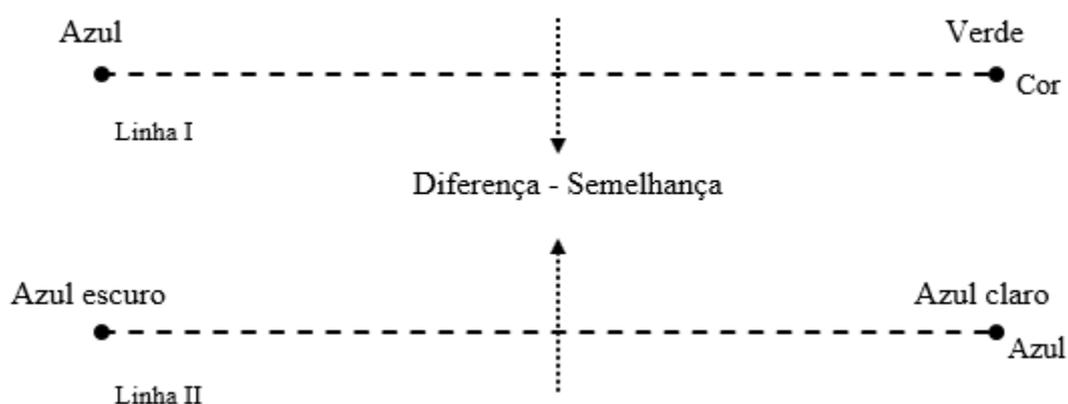
1 A GÊNESE DO PROBLEMA DAS CORES EM HUME – A POSSIBILIDADE DE HAVER UMA IDEIA SIMPLES GERADA SEM A CORRESPONDENTE IMPRESSÃO

O filósofo empirista David Hume (1711-1776) desenvolve tanto no *Tratado da natureza humana* (1739) quanto nas *Investigações sobre o entendimento humano* (1748) uma notável teoria do conhecimento. Nestas obras, ele expõe que toda “ideia” somente pode ter sua origem nas “impressões”, cuja fonte encontra-se nos sentidos (internos e externos). Tal concepção filosófica já apontava para toda uma crítica à metafísica tradicional, fundamentalmente à noção de *cogito* cartesiano, uma vez que esta postulava a existência de “ideias inatas” (ou apriorísticas) que não provém das impressões. Para Hume, uma ideia simples, qualquer que seja ela, tem o seu fundamento nas impressões diretas, isto é, naquelas impressões mais vívidas. A vivacidade de uma ideia simples consiste na relação direta dos sentidos com o mundo, ou, em outras palavras, das sensações com a realidade empírica. A força dessa relação é tão potente em sua imediaticidade que gera no sujeito as representações mentais dos objetos apreendidos pelos sentidos mesmo quando a relação não é imediata. Nesse último caso, o sujeito consegue, a partir das “associações de ideias simples”, conceber pela imaginação e memória as “ideias complexas”.

De acordo com a análise exposta no parágrafo anterior, tanto as ideias simples quanto as ideias complexas somente podem derivar das impressões, mesmo que delas pareçam distantes. Entretanto, nas *Investigações sobre o entendimento humano*, Hume (2004) observa a possibilidade de haver “um fenômeno contraditório que pode provar que não é absolutamente impossível o aparecimento de ideias independentemente de suas correspondentes impressões”, isto é, ideias simples geradas sem a experiência ou, em outras palavras, “ideias inatas” (p. 37, §8). Dado problema é demonstrado na seção II, no §8 da supracitada obra, por meio de um único exemplo possível. Partindo do fato de que podemos admitir facilmente que as diversas ideias distintas de cor que chegam a nós por meio de nossa percepção visual são realmente distintas uma das outras, mas ao mesmo tempo semelhantes (todas são cores), nota-se que essa ocorrência também poderá se dar no caso de tonalidades diferentes de uma mesma cor. Por consequência, cada tonalidade de uma mesma cor produziria uma ideia distinta independente das demais. Assim, cada tonalidade

da mesma cor carregaria uma ideia particular semelhante entre elas, mas ao mesmo tempo respeitando algum grau de diferença. Por exemplo: a ideia de cor *azul* é distinta da ideia de cor *verde*, porém ambas são semelhantes, dadas que são cores. No mesmo sentido, a ideia de um tom de azul escuro e a ideia de um tom de azul claro são semelhantes porque participam da ideia simples de azul, mas são distintas uma da outra.⁴ Desse modo, visamos investigar as proposições sobre graus à luz do conceito *semelhança-diferença* como um critério doador de sentido para esse tipo de ideia ou proposição. Esquematicamente, podemos ilustrar esse problema de acordo com a seguinte figura (Figura 1):

Figura 1 – Extensionalidade dos conceitos de cor e extensionalidade do conceito de tons de cor



Fonte: autoria própria

No esquema acima nota-se que azul e verde fazem parte da mesma ideia simples de cor representada pela continuidade da linha tracejada. Da mesma maneira, as duas ideias simples dos diferentes tipos de tons de azul participam ao mesmo tempo da ideia simples de azul. Cada traço intermediário na ideia simples, em ambos os casos, representa uma variação mínima em relação aos traços anterior e ulterior. A variação entre os diferentes tipos de azul, na linha I, não é suficiente para retirá-lo da ideia de cor da qual o verde participa concomitantemente, mesmo havendo uma distinção entre elas. Em termos ontológicos, a *ipseidade* do azul não é a ipseidade do verde.

⁴ Vale lembrar que tais distinções não intencionam uma interpretação verticalizada acerca das diferentes tonalidades. O que implica que de tal relação não segue nenhuma noção de hierarquia entre os diferentes tons.

De igual modo, na linha II, cada traço representa um tom distinto em relação aos adjacentes. A ideia simples de azul, nesse caso, é preenchida por tons distintos. Toda extensividade ou universalidade, tanto do azul quanto do verde, está fechada em si mesma. Em termos modais, a extensividade do azul é absoluta, assim como a do verde. A ideia simples de cor tem a sua composição tão infinita quanto à ideia simples de azul ou verde. Não há um espaço infinito entre os diferentes matizes de cor que seja maior que o espaço infinito no intervalo entre os diferentes tons de cada cor. Esse intervalo, na análise, parece ser da mesma natureza.

Diferentemente dos conceitos de “homem” e “triângulo”, cujos limites para a sua análise não são nítidos devido à ausência de uma propriedade comum verificável, o conceito de “cor” tem a sua extensividade claramente delimitada, pois que a propriedade brilho é comum a todas as cores. Qualquer que seja a cor, algum grau de brilho ela deve ter em sua constitutividade. Essa distinção é suficiente para afirmarmos que o conceito de cor é mais simples que o conceito de “homem” e o conceito “triângulo”. Ao que parece, a simplicidade do conceito de cor pode ainda ser analisada com mais acuidade, já que notamos, com a linha II, que o conceito de azul carrega uma extensividade tão complexa em sua particularidade quanto o conceito de “cor” na sua totalidade. Azul é um caso particular de cor, mas que possui uma extensividade delimitada entre tons de azul (claro e escuro), o que se nos apresenta como passível de verificação.

A conclusão a que Hume chega é que há uma diferença entre os tons que não pode ser negada. Se essa distinção não é aceita assumiremos que azul claro e azul escuro são a mesma coisa, o que é uma contradição. Em suas palavras:

Pois se isso fosse negado, seria possível, pela gradação contínua de tons, transformar insensivelmente uma cor naquela que lhe é mais remota; e, se não se admitir que alguns dos tons intermediários sejam diferentes, não se poderá consistentemente negar que os extremos sejam iguais (HUME, 2004, p. 37-38, §8).

Do excerto, podemos depreender que o mesmo *critério* que faz com que ideias distintas (azul e verde) participem, ao mesmo tempo, de uma mesma ideia simples (de cor) por serem semelhantes, é também responsável por introduzir a distinção entre elas. Mas, por que isso é assim? Em nosso entendimento, isso ocorre porque a *semelhança* e a *diferença*

são simultâneas e constituem o que seria *uma* ideia ainda mais simples do que a ideia de cor ou de tons de cores. A questão fundamental, agora, é sabermos qual é a origem dessa ideia. Até onde é possível sabermos, empiricamente, é que essa ideia não pode ser originada sem a respectiva impressão. Não temos em nossa experiência nenhuma impressão direta ou indireta da *diferença* e da *semelhança*. Por conseguinte, entende-se que essa ideia não é derivada da experiência ou das impressões dos sentidos e sim de alguma função inata no entendimento. Corroborando esse problema, Hume nos diz:

Acredito que poucos negarão que isso seja possível, o que pode servir como prova de que as ideias simples nem sempre são, em todos os casos, derivadas das impressões correspondentes, embora esse exemplo seja tão singular que quase não vale a pena examiná-lo, e tampouco merece que, apenas por sua causa, venhamos a alterar nossa tese geral (HUME, 2004, p. 38).

A alteração da “tese geral” a qual Hume se refere ao final da passagem supracitada é a de que toda ideia simples só pode ter sua origem nas impressões. Contudo, a ideia simples de semelhança e diferença não tem a sua origem nas impressões, observação esta aventada por ele mesmo. Diferentemente de Hume, compreendemos que esse exemplo “*não é tão singular*” e merece ser examinado mais pormenorizadamente, verificando a origem da ideia simples de diferença e semelhança que ocorre no entendimento humano. Pelo fato de a diferença e a semelhança acontecerem simultaneamente em nosso processo cognitivo, entendemos que estas compõem uma única e mesma ideia simples. São, por assim dizer, duas faces da mesma moeda.

Na análise dos conceitos, notamos que o entendimento os estabelece como que carregando simultaneamente a universalidade e as particularidades (e, ou, singularidades), tanto aqueles conceitos que se referem às coisas físicas quanto aqueles que dizem respeito às coisas abstratas. Por exemplo, o conceito de “homem” carrega uma complexidade cognitiva tão extrema que não é possível notar, com tanta clareza, como a ideia simples [de diferença e semelhança] pode ser introduzida na decomposição desses conceitos. Da mesma forma, quando analisamos os conceitos aplicados às coisas abstratas, por exemplo, o conceito de “triângulo”, essa mesma complexidade se dá. Assim como há infinitas definições de “homem”, há também infinitas definições de “triângulo”, que são, por assim dizer,

inesgotáveis. A filosofia nunca entrou em consenso a respeito do que é propriamente “o homem”. Aliás, o homem para os estudos na área da biologia e da medicina não é o mesmo homem de Platão. Assim como “um polígono que possui três lados” não descreve completamente o que chamamos de “triângulo”.

O mesmo pode ser percebido em relação a todos os conceitos, exceto ao conceito de cor. A ideia de cor, no entendimento, é bem delimitada entre os diferentes matizes de uma determinada cor e as diferentes cores de diferentes matizes. Portanto, pelo caráter de delimitação do conceito, a ideia de cor é a ideia mais simples. Mas, por que isso é assim? Esse fato se deve porque nos casos dos conceitos como “homem” e “triângulo” não há uma *propriedade comum* entre todos os homens ou todos os triângulos que possa ser verificada empiricamente. Entretanto, no caso do conceito ou ideia de “cor”, independentemente do matiz, podemos observar que todas as cores apresentam uma propriedade em comum, qual seja, *brilho* – que pode ser verificado empiricamente.

Nesses termos, pensamos que uma ideia simples como a diferença e a semelhança não pode mesmo advir de nenhuma impressão particular. Não há em nossos sentidos nenhuma impressão que corresponda à noção ou ideia de semelhança e diferença. Essa é por natureza uma ideia que se nos advém de modo *a priori*. Quando analisamos a ideia de cor, que é a ideia mais simples cuja fonte se encontra nos sentidos, notamos que o elemento diferença-semelhança ocupa um intervalo que faz com que admitamos a diferença entre os extremos da extensionalidade do conceito sem perder a qualidade (propriedade) que os torna participantes da mesma ideia.

Em outras palavras, se estabelecermos que “cor” é “brilho”, pode-se dizer que cada caso de “cor” participa deste conceito por possuir a mesma propriedade (brilho). Por consequência, a propriedade comum “brilho” torna todos os casos de cores semelhantes entre si, porém essa semelhança não é algo que conseguimos inferir a partir das impressões. Por outro lado, os diferentes *graus de brilho* introduzem a diferença entre as cores, inclusive para os casos de diferentes tonalidades de uma única cor – problema este que será analisado em nossa próxima seção a partir das considerações lógico-filosóficas de Wittgenstein.

2 O PROBLEMA DAS PROPOSIÇÕES SOBRE AS CORES EM WITTGENSTEIN: EXCLUSÃO E CONTRADIÇÃO QUANTO ÀS PROPRIEDADES QUE ADMITEM GRADAÇÃO

Em seu artigo *Algumas Observações Sobre a Forma Lógica* (1929)⁵, Wittgenstein investiga a forma lógica das proposições e a sua relação com o mundo [ou fenômenos]. Partindo da consideração de que as proposições moleculares [ou compostas] são somas ou produtos lógicos das proposições atômicas [simples ou elementares], ele busca, em um primeiro momento, analisar a forma lógica daquelas proposições simples da linguagem ordinária que permitem a formação, ou não, de contrassensos [pseudoproposições]. Por exemplo, a proposição simples “vermelho é mais alto do que o verde”⁶ é um contrassenso, no sentido em que não pode ser verificada empiricamente. Por outro lado, a proposição “vermelho é uma cor” não se apresenta como um contrassenso, pois vermelho ser uma cor é um fato da realidade empírica. O problema agora analisado consiste na relação de sintaxe. Do ponto de vista da sintaxe lógica, ambas as proposições possuem a mesma forma lógica, isto é, a mesma forma de relação “sujeito-predicado”, qual seja, S é P. Contudo, as regras da sintaxe da linguagem ordinária não excluem a possibilidade da formação de contrassensos, como exposto por meio dos exemplos acima.⁷

A afirmação de que “toda proposição tem um conteúdo e uma forma” e de que “apreendemos a forma pura se nos abstrairmos do significado das palavras individuais ou símbolos”⁸, aponta para a ideia de que o conteúdo é *a posteriori* [função dos sentidos] e a forma pura é *a priori* [função da lógica]. Nesse sentido, a formação de contrassensos é fruto do modo como a linguagem ordinária relaciona os conteúdos empíricos à forma⁹. Destarte,

⁵ Título original: “Some Remarks on Logical Form” - Publicado pela primeira vez em: Proceedings of Aristotelian Society. Supplementary, Vol. 9, Knowledge, Experience and Realism (1929), pp. 162-161. Published by: Blackwell Publishing on behalf of The Aristotelian Society. (Tradução nossa).

⁶ “Constructions such as “red is higher than green” or “the Real, though it is an in itself, must also be able to become a for myself”, etc.” (Wittgenstein, 1929, p. 162– no corpo do texto, tradução nossa).

⁷ Ao referenciar as ideias simples às proposições da linguagem, entendemos que há uma ligação entre ideias simples e proposições simples na linguagem. As ideias simples, nesse caso, poderiam ser expressas na linguagem ordinária por meio de proposições que compartilham a mesma simplicidade, o que no pensamento do primeiro Wittgenstein, é chamado de proposições elementares.

⁸ “Every proposition has a content and a form. We get the picture of the pure form if we abstract from the meaning of the single words, or symbols (so far as they have independent meanings).” (Wittgenstein, 1929, p. 162– no corpo do texto, tradução nossa).

⁹ A formação de contrassensos se dá pela falta de análise acerca das proposições elementares que compõem as proposições compostas na linguagem. Os conteúdos empíricos da experiência imediata formam as bases das

a investigação acerca da natureza das proposições e como estas significam não deve acontecer através da análise do conteúdo, que é preenchido arbitrariamente com a semântica da linguagem ordinária, mas sim contornar tais ambiguidades e trocar, na análise, “o que é “variável” por “constante””. Assim, para analisar logicamente os fenômenos de fato¹⁰: números (racionais e irracionais) devem entrar na estrutura das proposições atômicas mesmas¹¹. A entrada de números nas proposições simples ou atômicas que admitem gradação é, por conseguinte, inevitável. Contudo, “é uma característica dessas propriedades (tais como comprimento de um intervalo, a altura de um tom, o brilho de um matiz) que um grau delas exclua os demais”¹².

Proposições cujas propriedades aceitam gradação descrevem seu objeto de modo absoluto ou completo, pois “a afirmação de um grau é uma descrição completa que não precisa de suplementação”¹³. Para exemplificar, quando pensamos em um azul escuro e um azul claro estamos pensando em duas cores diferentes, mas também semelhantes. Se tomarmos a proposição simples “o azul é escuro” como sendo $A(\text{escuro})$ e a proposição “o azul é claro” como sendo $A(\text{claro})$, podemos dizer que temos para a entidade azul dois graus de brilho [$A(\text{escuro}) \ \& \ A(\text{claro})$]. O que chamamos de azul representa tudo o que ele é na sua maior simplicidade, onde não há mais desacordo – onde há um trânsito que não ultrapassa as barreiras para o “não-azul”. O problema, agora, é que na análise lógica o produto lógico ou a conjunção (&) carrega todos os graus sem que haja exclusão entre eles. “O Azul” carrega nele mesmo uma *relação*, não apenas os seus graus. Essa relação, todavia, não é excludente relativamente aos seus graus. A descrição de azul é, portanto, completa.

Proposições da linguagem ordinária sobre cores, seja em qualquer idioma, são proposições completas e possuem a mesma forma lógica. Analisemos a completude das proposições sobre as cores a partir da seguinte exemplificação, vejamos: em dizer, em língua

proposições da linguagem. Entretanto, essa relação deve ser verificada também logicamente, a fim de evitar a formação de proposições que se afastam do mundo (realidade), domínio este sob os quais a linguagem não pode ultrapassar.

¹⁰ Entendemos por “fenômeno de fato” a concatenação das proposições simples cujo significado já fora analisado, e que não constitui um contrassenso.

¹¹ “And here I wish to make my first definite remark on the logical analysis of actual phenomena: it is this, that for their representation numbers (rational and irrational) must enter into the structure of the atomic propositions themselves.” (Wittgenstein., 1929, p. 165 – no corpo do texto, tradução nossa).

¹² “It is a characteristic of these properties that one degree of them excludes any other.” (Wittgenstein., 1929, p. 167).

¹³ “We take the statement of a degree (of temperature, for instance) to be a *complete* description which needs no supplementation.” (Wittgenstein., 1929, p. 167– no corpo do texto, tradução nossa).

portuguesa, “A casa é verde (Um x é verde)” e em dizer, em língua inglesa, “The house is green (One x is green)” notamos que tanto a forma lógica como a sintaxe são as mesmas, qual seja, $S \text{ é } P^{14}$. Todavia, duas proposições elementares completas deveriam, pela conjunção lógica, formar uma proposição composta com sentido ainda mais completo. Duas proposições da forma “ $S \text{ é } P$ ” deveriam ter como produto lógico uma proposição com o sentido ainda mais completo, mas isso não é o caso. Como lembra Loyolla (2017), a verificação empírica aponta para o fato de que uma mesma coisa só pode ter *um* grau de sentido, uma mesma coisa só pode ter *um* grau de cor.

A tentativa de descrição das cores na forma como aparecem torna-se impossível, uma vez que não existe, na realidade, o substrato necessário para receber aquela relação que faz parte da descrição completa. Ou seja, enquanto os graus de cores *aparecem* na medida em que se relacionam (são incorporados) com os objetos do mundo, a outra propriedade que relaciona os graus de tal entidade não acha substrato empírico onde seja possível aparecer (não acha “lugar” para aparecer). A semelhança-diferença manifesta-se, então, nas relações empíricas como constituidora de sentido (que na verificação lógica era descrição completa). Quando dizemos (por exemplo, em língua portuguesa) “A casa é verde & a casa é azul” notamos que o produto dessa conjunção é verificável logicamente, pois que pode ser descrito na sua completude. Contudo, não obtemos tal resultado na verificação empírica.

Acerca do problema exposto ao final do parágrafo anterior, Wittgenstein, em seu artigo *Algumas Observações Sobre a Forma Lógica*, nos mostra como o produto lógico dessas proposições leva a uma exclusão (ou colisão) entre elas. Assim, podemos representar uma dada exclusão pela seguinte tabela de verdade, considerando a proposição “A casa é verde” representada pela letra “p” e a proposição “A casa é azul” pela letra “q”, temos (tabela 1):

Tabela 1 – tabela de verdade

p	q	p & q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Fonte: autoria própria

¹⁴ Ambas as proposições dizem a mesma coisa nos referidos idiomas.

Como analisado, do ponto de vista empírico o sentido completo pensado individualmente para cada proposição não é um contrassenso, pois uma casa ser azul está no campo das possibilidades de verificação empírica. Entretanto, a conjunção “p & q” se constitui um contrassenso, na medida em que não pode ser verificada empiricamente, dado que uma mesma coisa não pode ser verificada ao mesmo tempo como que possuindo duas propriedades excludentes¹⁵. Parece-nos que a ideia *semelhança-diferença* aparece na forma da exclusão. O problema parece residir nas questões: como duas proposições cujos sentidos são completos individualmente e não são contrassensos, se constituem pela conjunção em uma única proposição sem sentido? Ainda, a completude individual das proposições não deveria gerar, pela conjunção, uma proposição composta mais completa do que as suas constituintes? Pensamos que uma resposta suficiente para tais questões pode ser dada pela elucidação lógico-filosófica do par conceitual *semelhança-diferença*.

A questão que Hume não considerou como merecedora das suas investigações, a saber, a da gradação de cores, parece carregar o mesmo impasse filosófico ao qual Wittgenstein chega no seu artigo: *Algumas Observações Sobre a Forma Lógica*. Desse modo, a abertura para a definição do que seria uma afirmação lógica e empiricamente verificada acerca do “dizer do mundo”, parece ser encontrada nas proposições sobre as cores, já que, como Wittgenstein e Hume nos indicam, tal projeto deve chegar a um ponto onde o que é analisado é o que de mais simples pode-se ter ideia. Como lembra Wittgenstein, a nossa análise deve chegar ao ponto onde alcançamos formas proposicionais que não são elas mesmas compostas de formas proposicionais mais simples¹⁶. O lógico intenciona encontrar a última conexão entre os termos, e que não permite uma análise posterior — onde é encontrada a suficiência para o início das proposições simples e, conseqüentemente, das proposições compostas que configuram os fatos acerca da realidade. Evidentemente cada

¹⁵A proposição “A casa é verde”, assim como a proposição “A casa é azul”, em seus sentidos completos, não representam contrassensos, pois que podem ser verificadas individualmente. Porém, a sua conjunção, apesar de não poder ser verificada empiricamente, não representa uma contradição, mesmo sendo um contrassenso. Nesse sentido, a contradição, se existisse, deveria aparecer na primeira linha da tabela, sob a forma “V V F”, o que ultrapassa o princípio fundamental da validade lógica: não se pode inferir a falsidade (F) da verdade (V). O que acontece na verificação empírica, portanto, é a exclusão de uma das partes da conjunção. Por conseguinte, na verificação empírica a conjunção se converte em uma disjunção, de modo que: ou “A casa é verde” ou “A casa é azul”.

¹⁶ “We must eventually reach the ultimate connection of the terms, the immediate connection which cannot be broken without destroying the propositional form as such.” (Wittgenstein, 1929, p. 162-163— no corpo do texto, tradução nossa).

filósofo chegou à questão por diferentes vias. Entretanto, procurar estabelecer um vínculo entre os seus métodos, salvo as suas peculiaridades, pode fornecer a suficiência exigida para analisar o conceito *semelhança-diferença*.

3 SEMELHANÇA-DIFERENÇA

A causa da ideia simples *semelhança-diferença* não pode ser inferida a partir das impressões advindas dos sentidos, e sim *a priori*. Esse projeto de investigação acerca das questões concernentes às ideias de graus, sobre as quais Hume decidiu não se debruçar, faz-se necessário para a constituição das proposições simples na linguagem, e mesmo para a constituição do sentido das ideias simples.

A inevitável elucidação lógica desse conceito se faz pela necessidade do vínculo que dele decorre em sua extensionalidade. Quando Hume apontou para a impossibilidade de haver ideias no entendimento que não tivessem a sua origem nas impressões, o seu entendimento sobre essas ideias parecia insuficiente para defender a sua tese. Mesmo quando levamos em consideração a sua diferenciação a respeito das relações de ideias e das questões de fato, não podemos deixar de notar que, mesmo para a noção de *semelhança-diferença* tomada como relação de ideias, ela sempre participa no modo como entende-se toda a realidade empírica. A respeito das ideias que admitem gradação, percebemos que tomá-las como simples é apenas omitir parte daquilo que as compõem. Não obstante, tais ideias mostram em suas extensividades uma ideia com uma simplicidade ainda maior que ocupa os intervalos de seus constituintes. Ou, em outras palavras, os conceitos ou proposições da linguagem concernentes às gradações têm, na sua própria extensividade, algo mais simples do que os graus que os compõem, o que chamamos de *semelhança-diferença*.

A análise acerca da extensividade do conceito das proposições sobre graus (cor, som, altura, etc.) nos leva à ideia de que há uma propriedade comum entre todas as cores que pode ser verificada empiricamente, assim como pensou Wittgenstein, que é *brilho* — pelo menos nos casos de cores¹⁷. Tal propriedade faz com que qualquer cor participe

¹⁷ O que parece ser compartilhado também em relação às outras proposições sobre graus, como a altura de um tom, e intensidade de um sabor, por exemplo. Tais proposições representam de modo elementar as afecções

necessariamente do mesmo conceito, e nos propõe a questão: o que une os diferentes matizes e possibilita essa participação em um único e extensivo conceito?

Entendemos que existe uma propriedade lógica, ou seja, *a priori*, responsável pelo vínculo necessário entre todos os diferentes tons que seja possível experienciar. Por mais simples que possam parecer tais impressões, uma vez que tratam do que de mais simples há no mundo, a propriedade lógica carregada por todas e a maneira como se excluem na realidade não pode ser inferida a partir dos sentidos. O que chama a atenção para esse modo de apresentação é que o entendimento acerca da realidade empírica só é possível a partir da intromissão dessa relação em *todos* os juízos. Como ideia simples, *semelhança-diferença* participa de todos os juízos empíricos de forma constitutiva. Essa ideia doa todo o sentido para a extensão dos conceitos e se dissolve na medida em que intenciona ir ao mundo, de modo que a forma base das asserções sobre o mundo seria: “p” é *semelhança-diferença*. Quando juntamos duas proposições dessa natureza, ou seja, duas proposições com todo o sentido, temos uma afirmação verdadeira a partir da conjunção, que antes se transmutava para uma disjunção. Ao dizermos: “p” é *semelhança-diferença* & “q” é *semelhança-diferença*, estamos a dizer uma proposição lógica e empiricamente verificável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando tratamos acerca das ideias mais simples que obtemos a partir das nossas impressões, buscamos algo que seja o substrato para a formação de ideias complexas. As proposições sobre graus surgem como possíveis candidatas para ocupar o lugar de ideias simples, uma vez que, na análise lógica, seus limites são claros e nítidos — característica não compartilhada pelos conceitos mais complexos. Isso se torna mais claro ao pensarmos que Hume, ao tratar das impressões correspondentes às ideias mais simples do entendimento, chega a afirmar a impossibilidade de que essas ideias surjam sem uma correspondência empírica, exceto no caso das diferentes cores que adentram nossos olhos, ou das ideias de sons conduzidas pelos ouvidos. Contudo, no caso do pensamento wittgensteiniano, o movimento acontece de

dos sentidos, e estabelecer um critério de comparação entre tais casos parece ser-nos sempre algo de difícil empreendimento.

forma oposta. Enquanto Hume parte de uma análise empírica e chega à simplicidade das ideias a partir das proposições gradativas, Wittgenstein parte de uma análise lógica dessas proposições e nelas encontra a possibilidade de relacionar as proposições lógicas com algo como a realidade empírica. Ademais, em se tratando de ideias e proposições simples, o sentido daqueles conceitos que são mais complexos dependem direta ou indiretamente dessa simplicidade.

O conceito *semelhança-diferença* parece surgir nessa análise como ocupando um espaço menor e quase imperceptível nas proposições desse tipo, o que pode ser aferido a partir da verificação de que há uma diferença lógica e empírica no que tange aos diferentes graus constituintes de uma determinada proposição gradativa, ou pelo espaço mínimo ocupado por essa noção quando analisamos as ideias simples sobre cores. A *semelhança-diferença*, pensada à luz dessa análise, é o tipo de função que não aceita análise póstuma – é a última conexão de termos que não se constitui de ideias mais simples, que pode ser inferida, tal como Hume mostrou, a partir de uma análise empírica na forma da exclusão, mas pode também ser atingida a partir de uma análise lógica. Pensar as ideias simples provenientes das impressões e as proposições gradativas como elementares nos leva à questão que é genuinamente o objeto da nossa busca, a saber: O que transforma o diferente em semelhante e o semelhante em diferente simultaneamente?

No espaço das cores e das proposições sobre graus repousa essa ideia simples que relaciona, na sua imediaticidade, o campo lógico ao empírico. Todos os conceitos e ideias mais complexas, mesmo que sejam referência direta às impressões dos sentidos, decorrem da simplicidade da *semelhança-diferença*, e esta ideia não é algo que inferimos a partir dos sentidos. Destes inferimos apenas a exclusão de graus. Desse modo, pensamos estar em tal conceito uma possível abertura para conjecturarmos que nem todas as nossas ideias são provenientes das impressões, e sim de uma função lógica *a priori* do entendimento, que doa sentido tanto para as proposições e ideias simples e complexas, como também para a sua referência no mundo a partir da exclusão de uma parte do sentido das proposições sobre graus.



Ensaio recebido em: 10/05/2023

Ensaio aceito em: 27/11/2023

Ensaio publicado em: 24/12/2023

REFERÊNCIAS

- GLOCK, Hans-Johann. Dicionário Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- HUME, David. Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: UNESP, 2004.
- LOYOLLA, V. N. O papel da verificação nas Observações filosóficas de Wittgenstein. *Cognitio*, São Paulo, v. 18, n. 2, jul./dez. 2017. pp. 230-242.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. Some Remarks on Logical Form. *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes*, Vol. 9, Knowledge, Experience and Realism, 1929. 162-171.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.